



Autor: Vanessa Lima
Nome da obra: Praia do pintor
Dimensões: 20x 30
Técnica: óleo sobre tela

COMO A FOLHA DE S. PAULO UTILIZOU AS FONTES PÚBLICAS DE INFORMAÇÃO DURANTE A COBERTURA DO VAZAMENTO DE PETRÓLEO NO NORDESTE

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.3172405036>

Maria Eduarda Macedo Câmara¹⁴

Carlos Roberto Praxedes dos Santos¹⁵

Introdução

O maior vazamento de petróleo cru do Atlântico Sul começou a ser detectado no dia 30 de agosto de 2019, nas praias do Estado da Paraíba. Trata-se, até hoje, de uma das maiores tragédias ambientais do Brasil. Cerca de 5 mil toneladas de petróleo foram retiradas das praias da região Nordeste durante um período de quase dois meses.

As investigações da Polícia Federal sobre as causas da tragédia duraram dois anos e meio e apontaram que o responsável pelo crime ambiental havia sido um navio de origem grega. Cerca de R\$ 188 milhões foram gastos pelos poderes públicos municipais, estaduais e federal, para limpar as praias atingidas pelo petróleo. As manchas chegaram a cerca de mil localidades dos nove estados nordestinos: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, além dos estados do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, na região Sudeste.

Moradores dos municípios atingidos pelo desastre foram determinantes para a rapidez na limpeza das praias e trabalharam de forma voluntária a fim de minimizar os danos, muito antes da intervenção dos poderes públicos. Enquanto isso, técnicos de vários órgãos como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), tentavam identificar de onde vinha o petróleo e, num primeiro momento, investigavam se realmente se tratava de petróleo. Considerava-se, inclusive, que poderia ter ocorrido um naufrágio em águas internacionais. O governo brasileiro à época considerou que o petróleo poderia ser de origem venezuelana. Sistemas de satélite foram utilizados para traçar as rotas de todos os navios que teriam cruzado o Atlântico Sul. Estudiosos de várias áreas contribuíram para a resolução do caso.

A empresa proprietária do navio, seus proprietários, o comandante da embarcação e o chefe de máquinas foram indiciados pela prática dos crimes de poluição, descumprimento de obrigação ambiental e dano a unidades de conservação, conforme artigos 40, 54 e 68 da Lei 9.605 de 1998. Porém, os dados sobre esses responsáveis foram mantidos em sigilo pela Polícia Federal.

O presente capítulo investiga quais fontes públicas foram ouvidas pela Folha de S. Paulo na cobertura ambiental do derramamento de petróleo no Nordeste, um caso que gerou ampla repercussão no Brasil e no mundo. A pesquisa averigua as notícias publicadas durante o período de uma semana, no final do mês de outubro de 2019.

¹⁴ Acadêmica no curso de Jornalismo da Universidade do Vale do Itajaí. macedo.mariaeduardacamara@gmail.com

¹⁵ Professor no curso de Jornalismo e no Programa de Mestrado em Gestão de Políticas Públicas da Universidade do Vale do Itajaí. carlospraxedes@gmail.com

Entre os procedimentos metodológicos deste trabalho, destaca-se, em um primeiro momento, a pesquisa bibliográfica, tanto na questão das fontes jornalísticas, com a utilização de autores como Lage (2006), Schmitz (2011), Oliveira (2020), bem como a respeito do jornalismo ambiental, em autores como Bueno (2007), França (2011), Barboza e Prado (2007). Em um segundo momento, esta pesquisa se utiliza da análise de conteúdo com base em Herscovitz (2007). A ideia de que a análise de conteúdo é um método eficiente e replicável que serve para avaliar um grande volume de informação manifesta cujas palavras, frases, parágrafos, imagens ou sons podem ser reduzidos a categorias baseadas em regras explícitas, previamente definidas” (HERSCOVITZ, 2007, p. 125).

Para a produção da análise, o veículo escolhido foi a Folha de S. Paulo, pois, de acordo com o Instituto Verificador de Comunicação (IVC), o veículo teve o maior número de visualizações de páginas entre os dias 1º e 31 de outubro de 2019 - exatamente as datas desta pesquisa -, com 206 milhões de visualizações, superando O Globo, Extra, Estado de São Paulo, O Dia e outros.

Na primeira etapa, foram selecionados todos os conteúdos jornalísticos publicados pela Folha de S. Paulo entre os dias 23 e 29 de outubro de 2019 a respeito do tema, sendo automaticamente descartados artigos de opinião e colunas. Após esta etapa, restaram 13 notícias factuais.

A pesquisa analisou as notícias por meio de classificações, considerando as definições apresentadas no presente artigo por Lage (2006): fontes oficiais, independentes, experts e testemunhas. A classificação de fontes primárias e secundárias foi desconsiderada da análise, visto que ambas tratam da parte da pauta para produção da notícia, o que não foi possível verificar.

Jornalismo ambiental

O jornalismo ambiental, uma das especialidades do jornalismo, existe desde 1968 com a primeira sociedade, criada em Paris, segundo Barboza e Prado (2007). Mas a principal, em âmbito mundial, é a Sociedade de Jornalistas de Meio Ambiente dos Estados Unidos, a *Society of Environmental Journalists*, criada em 1990 (BARBOZA; PRADO, 2007, p. 15). No Brasil, após 30 anos, em 1998, foi fundada a Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental, uma entidade iniciada pelos jornalistas Roberto Villar Belmonte e João Batista Santa Fé Aguiar, segundo informa Trigueiro (2003 *apud* BARBOZA; PRADO, 2007, p. 15). A cobertura do jornalismo ambiental pode apresentar dois tipos, segundo Girardi et al. (2018, p. 18), “uma feita por jornalistas que demonstram conhecimento quanto ao tema e outra feita por jornalistas que tratam o assunto de maneira mais fria ou burocrática, sem envolvimento”.

Para que uma reportagem seja considerada Jornalismo Ambiental deve apresentar algumas das seguintes características: mostrar uma visão sistêmica dos fatos; dar conta da complexidade dos eventos ambientais; contemplar a diversidade dos saberes e não ser refém de fontes oficiais; defender a biodiversidade e a vida em sua plenitude, o que significa deixar de ser imparcial; assumir seu papel educativo, cidadão e transformador (GIRARDI et al., 2018, p.19).

Segundo Bahia (1990 *apud* BARBOZA; PRADO 2007) e França (2011), o jornalista deve se especializar com algo maior do que apenas um diploma da faculdade. “Ele deve

ter formação científica, experiência de laboratório e contato com literatura técnica” (BAHIA, 1990 *apud* BARBOZA; PRADO, 2007, p. 15). “Uma das dificuldades do jornalismo ambiental [...] recai na formação [...] necessita-se de um conhecimento aprofundado de meio ambiente, ecologia, desenvolvimento sustentável, entre outros” (FRANÇA, 2011, p. 17). A primeira vez que se precisou de jornalistas ambientais especializados no Brasil foi em 1992, na Eco 92. O evento foi considerado o maior encontro até então para discussões de problemas ambientais, denominada Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, conforme detalham Barboza e Prado (2007). Ainda segundo as autoras, nunca se precisou tanto de jornalistas especializados como neste evento mundial. Havia dificuldade para preencher as vagas abertas pela falta de profissionais do jornalismo ambiental. “Os veículos de comunicação responderam rápido à demanda por notícias desse novo filão, o meio ambiente” (TRIGUEIRO, 2003 *apud* BARBOZA; PRADO, 2007, p. 17). Segundo Pereira Junior (2006), o desafio do repórter é encontrar evidências soterradas em camadas de versões, procurar certezas em situações de incertezas.

O jornalista ambiental quebra o dogma da imparcialidade, tão propalada e discutida nos cursos de comunicação, ao tomar partido em favor da sustentabilidade, do uso racional dos recursos naturais, do equilíbrio que deve reger as relações do homem com a natureza, do transporte coletivo, da energia limpa, dos três erres do lixo — reduzir, reutilizar e reciclar — e de tudo aquilo que remete à ideia de um novo modelo de civilização que não seja predatória e suicida (TRIGUEIRO, 2003 *apud* BARBOZA; PRADO, 2007, p. 17).

Ademais, conforme Bueno (2007), são três funções básicas do jornalismo ambiental: informativa, pedagógica e política. A primeira função diz a respeito, ainda segundo o autor, da necessidade em ser informado sobre os principais temas que abrangem as questões ambientais, como o impacto de determinadas posturas, processos da poluição do ar e água, por exemplo, e, ainda, modelos que privilegiam o desenvolvimento a qualquer custo. O autor expõe também sobre a segunda função que trata da explicação das causas e soluções dos problemas. “Deve-se considerar meio ambiente, jornalismo ambiental e educação ambiental como três eixos de interdisciplinaridade visando o desenvolvimento das habilidades e a modificação das atitudes dos cidadãos em relação ao meio ambiente” (FRANÇA, 2011, p. 18). A terceira função, política, é apresentada, segundo Bueno (2007), com o sentido amplo e não somente partidário. “A função tem a ver com os interesses de determinadas empresas e setores que, recorrentemente, têm penalizado o meio ambiente para favorecer os seus negócios” (BUENO, 2007, p. 36). Incorpora-se também à ação dos governantes que, por omissão ou comprometimento com os interesses empresariais, não elaboram políticas públicas para este fim, conforme Bueno (2007).

Beling Loose e Camana (2015) relatam que outra visão de desafio imposto pela contemporaneidade é a união de pluralidade de fontes. As autoras defendem que não é somente pela fonte oficial - campos político, econômico ou científico - o caminho para elaboração da notícia, mas por outros campos de conhecimento, junto com a incorporação de saberes populares. “Ao fornecer uma mediação com abordagens fragmentadas, os jornalistas não contribuem para melhorar a compreensão do público sobre o significado da interconexão ecossistêmica” (COSTA; HOLANDA; KÄÄPÄ, 2022, p. 10). As autoras completam afirmando que a cobertura jornalística ambiental necessita de amplas perspectivas para melhor compreensão dos fatos. Para Collato e Ijuim (2022), o problema não é o uso de fontes técnicas, como biólogos, para completar a pauta, mas

quando a notícia trata de assuntos de interesses de comunidades tradicionais, ou que atingem diretamente a este público, e não há espaço para essas pessoas expressarem suas opiniões ou indignações. “Os impactos no convívio social, a perda de lugares históricos e culturais de significação [...] as perdas na memória afetiva coletiva daquela comunidade não podem ser retratadas pelo especialista” (COLLATO; IJUIM, 2022, p. 10).

O pluralismo nem sempre é alcançado, afirmam Costa, Holanda e Kääpä (2022). “A cobertura de temas ambientais, que têm ramificações econômicas, políticas, sociológicas e de saúde pública, é uma atividade complexa” (NELSON, 1994 *apud* BELMONTE, 2017, p. 117). De acordo com Beling Loose e Camana (2015), o jornalismo ambiental pode auxiliar na compreensão de todo o cenário, apresentando os interesses que envolvem a construção dos riscos, já que possui uma leitura ampla. Entretanto, com a consequência da regulação econômica e política na área ambiental, o espaço midiático garantido para a cobertura ambiental é menor e, conseqüentemente, este fato entra em conflito com a “crescente necessidade dos jornalistas de contar histórias mais longas, complexas e mais aprofundadas” (COX, 2018 *apud* COSTA; HOLANDA; KÄÄPÄ, 2022, p. 3). Além disso, Beling Loose e Camana (2015) relatam que a cobertura complexa consegue apresentar diversos lados da história, e toda vez que o conhecimento científico ou técnico não permitir eliminar dúvidas ou apontar certezas, deve-se optar pela precaução, tendo em vista a possibilidade da irreversibilidade dos efeitos causados. Garcia (2006 *apud* BELMONTE, 2017) concorda e afirma que são quatro características em comum nas reportagens ambientais. São elas: noção de risco, temas associados a processos longos, incerteza científica e a complexidade técnica.

Como o saber ambiental, o Jornalismo Ambiental não é propriedade dos que detêm o monopólio da fala, mas deve estar, umbilicalmente, sintonizado com o pluralismo e a diversidade. O Jornalismo Ambiental deve potencializar o diálogo entre o catedrático e o pescador, entre o agrônomo, o trabalhador rural, o mateiro e o biólogo e não deve estigmatizar a sabedoria dos pajés. As fontes no jornalismo ambiental devem ser todos nós e sua missão será sempre compatibilizar visões, experiências e conhecimentos que possam contribuir para a relação sadia e duradoura entre o homem (e suas realizações) e o meio ambiente (BUENO, 2007, p. 36).

Ainda, o Jornalismo Ambiental é, antes de tudo, jornalismo e deve ter compromisso com o interesse público, com a ampliação do debate. “Não pode ser utilizado como porta-voz de segmentos da sociedade para legitimar poderes e privilégios” (BUENO, 2007, p. 36). O autor explica, sobre este assunto, que o jornalismo ambiental brasileiro tem se caracterizado por equívocos, que podem prejudicar o cumprimento das funções. Entre estes equívocos, Bueno nomeia o primeiro como síndrome do zoom ou do olhar vesgo, que está relacionado ao foco escolhido para a cobertura. “A redução da cobertura ambiental a um olhar tem sido um terreno fértil para leituras particulares e negativamente comprometidas sobre a questão ambiental” (BUENO, 2007, p. 37).

Fontes e Jornalismo declaratório

O uso de fontes em conteúdos jornalísticos é imprescindível, como afirma Lage (2006). Trata-se de personagens, conforme classifica o autor, que estão envolvidos no assunto e podem prestar informações. Schmitz (2011) concorda ao afirmar que a maioria das informações jornalísticas advêm de organizações ou personagens que testemunham ou participam de eventos e fatos de interesse da mídia. “O mundo moderno obri-

ga o jornalista a produzir notícias que não presencia nem entende” (SCHMITZ, 2011, p. 9). Para Lage (2006), é papel fundamental do repórter selecionar e questionar essas fontes, colher dados e depoimentos, situá-los em algum contexto e processá-los de acordo com técnicas jornalísticas. Ao utilizar o termo selecionar, fala-se sobre o recorte da notícia que o jornalista passará ao público, pois um jornal constrói credibilidade dando visibilidade a determinados acontecimentos e pessoas, delimitando o mundo dos fatos a que o cidadão deve ter acesso. Sendo assim, para o autor, o discurso jornalístico consolida-se como organizador de uma agenda do que deve ser conhecido e ter credibilidade.

Ao reconstruir a sociedade simbolicamente, dia a dia, a atividade jornalística escolhe valores e visões de mundo que devam ter visibilidade, mas fala da aparência do mundo, não assume o papel de esgotar qualquer questão ou de abordá-la à exaustão. Entretanto, como uma forma de a sociedade conhecer e reconhecer a si mesma, é primordial que a busca pela informação mais completa e plural permaneça no horizonte do jornalista como meta permanente (DALMASO, 2002, p. 3).

Em um primeiro momento, até meados do século XX, os personagens ou fontes de informação não eram treinadas para desempenhar esse papel, segundo Lage (2006). No entanto, após a Segunda Guerra Mundial, as assessorias começaram a ter mais destaque, aponta o autor. Ele afirma, ainda, que a transformação gerou desconfiança, pois os jornalistas acreditavam que isto limitaria o movimento da classe. Ainda conforme Lage (2006), a guerra da informação é, em várias áreas, uma guerra de assessorias. Schmitz (2011) afirma que as fontes, por interesse próprio, tratam de informar a sociedade sobre as suas ações ou impedir que se espalhe uma versão inconveniente. “O jornalista, no papel de selecionador, considera se o fato é notícia ou não, ou seja, se interessa ou não ao seu público e vê as fontes como colaboradoras da produção jornalística” (SCHMITZ, 2011, p. 14).

Fontes de notícias são pessoas, bancos de dados, arquivos públicos, que possam vir a contribuir com informações para uma matéria jornalística. Desta forma, Lage (2006) classifica as fontes em: oficiais, oficiosas e independentes; ou seja, aquelas fontes que fazem parte de instituições mantidas pelo Estado ou, no último caso, aquelas que não possuem relação alguma com essas formas de poder. “A fonte oficial é a preferida da mídia, pois emite informação ao cidadão e trata essencialmente do interesse público, embora possa falsear a realidade, para preservar seus interesses” (SCHMITZ, 2011, p. 25). A segunda classificação, para Lage (2006), são as de fontes primárias e secundárias, sendo as primárias aquelas em que o jornalista se baseia para informar dados na notícia e a secundária é utilizada antes da publicação, ainda em fase de pesquisa e montagem de pauta. A última classificação do autor é a de testemunhas e experts. Lage (2006) relata que o testemunho possui um caráter emotivo e é utilizado para notícias que o jornalista deseja exprimir o sentimento de um acontecimento através de um real depoimento, enquanto os experts são as fontes utilizadas para que haja uma segunda opinião sobre determinado fenômeno, geralmente são buscadas como uma fonte secundária.

Segundo Schmitz (2011), os jornalistas possuem a menor confiança em fontes populares e maior confiança em fontes especializadas. O grau de confiança não está atrelado à verdade ou mentira. A fonte coopera com a mídia para ser aceita socialmente e o jornalista é cético por natureza e técnica.

O trabalho do editor selecionador segue um automatismo de classificação, de um senso prático baseado na experiência de hierarquizar rapidamente o turbilhão de informações. Ao selecionar as notícias, ele também faz uma depuração das fontes e das suas ações. Dá prioridade àquelas fontes que mantêm uma relação regular e proximidade geográfica; antecipam e agilizam o acesso à informação (produtividade); transmitem credibilidade e confiança; têm autonomia, autoridade e garantem o que declaram, bem como aquelas que são respeitadas e articuladas (SCHMITZ, 2011, p. 13).

“É de ofício do jornalista duvidar sempre, e da cultura jornalística tratar as fontes como interfaces suspeitas como, por exemplo, nos manuais de redação, que orientam os jornalistas a olhar as fontes com desconfiança” (CHAPARRO, 2009 *apud* SCHMITZ, 2011, p. 10). Por outro lado, para Colling e Rubim (2007), o jornalista apenas tem a tarefa de coletar as declarações de fontes, sem preocupação em saber se as informações são verdadeiras ou não. Neste âmbito, o jornalismo declaratório, termo ainda novo na área da comunicação, começou a ser debatido por estudiosos e profissionais do meio. De acordo com Oliveira (2020), o jornalismo é feito com base em declarações, ou seja, o reflexo desta declaração refere-se a outro campo de estudo. O autor baseou seu estudo a partir de uma fala feita em 2011, pelo jornalista Caco Barcelos, durante o programa *Em Pauta*, de GloboNews. Na ocasião, o jornalista da TV Globo apontou como um problema o jornalismo declaratório ao perceber que outros colegas de profissão apoiam-se somente em declarações sem que seja realizado o princípio básico do jornalismo: a apuração. Porém, independente do reflexo das declarações, a relação entre jornalista e sociedade deve prevalecer.

O processamento mental da informação do que é dito ou do que acontece, a sua inserção em um contexto e a produção de uma nova mensagem, que será levada ao público a partir de uma estimativa sobre o tempo de informação de que esse público precisa ou qual quer receber. Em suma, o repórter deve, além de traduzir, deve confrontar as diferentes perspectivas e selecionar fatos e versões que permitam ao leitor orientar-se diante da realidade (LAGE, 2006, p. 22).

Sponholz (2009) completa afirmando que uma declaração descritiva não é necessariamente verdadeira, ou seja, nem sempre corresponde à realidade. “Para tornar isto claro, a declaração ‘a casa está pegando fogo’ pode ser falsa” (SPONHOLZ, 2009, p. 59). Nesse sentido, cabe ao jornalista questionar, selecionar e apurar determinada informação advinda de uma fonte para, então, publicar a notícia.

Análise de dados

Notícias de 23 de outubro de 2019

No primeiro dia da semana analisada, 23 de outubro de 2019, foram selecionadas as seguintes notícias: notícia 1- intitulada como “Marinha investiga cerca de 30 navios e ‘dark ships’ na busca por origem de óleo”¹⁶, a notícia foi classificada pela pesquisa na função política do jornalismo ambiental, segundo Bueno (2007), e foram encontradas 4 (quatro) fontes. A notícia 2 é intitulada “Praias são liberadas em Morro de São Paulo após retirada de 1,5 toneladas de óleo”¹⁷, foi classificada na função informativa e contou

¹⁶ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/10/marinha-investiga-cerca-de-30-navios-e-dark-ships-na-busca-por-origem-de-oleo.shtml> Acesso em 11 mai. 2023.

¹⁷ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/10/praias-sao-liberadas-em-morro-de-sao-paulo-apos-retirada-de-15-tonelada-de-oleo.shtml> Acesso em: 11 mai. 2023.

com 1 (uma) fonte. A notícia 3, com o título “Pescadores de praias com óleo ocupam sede do Ibama na Bahia”¹⁸, foi classificada na função informativa, e também contou com 1 (uma) fonte. A notícia 4 recebeu o título “Greenpeace derrama óleo no Palácio do Planalto em ato contra as manchas de petróleo no Nordeste”¹⁹ e foi classificada na função política, além de contar com 5 (cinco) fontes.

Notícias de 24 de outubro de 2019

Já no segundo dia, foram selecionadas 2 (duas) notícias. A notícia 5 foi intitulada “Salles usa imagem antiga para insinuar que Greenpeace seria culpado por óleo no NE”²⁰, sendo classificada na função política. A notícia 6, intitulada “Sem Bolsonaro, Alcolumbre abre caminho para ampliar benefícios a pescadores do NE”²¹, também foi considerada na função política. Cada uma utilizou 3 (três) fontes.

Notícias de 25 de outubro de 2019

No terceiro dia da semana analisada, outras duas notícias foram selecionadas. A notícia 7, intitulada “Ministério Público do TCU pede apuração da conduta do governo em vazamento de óleo”²², classificada na função política, foi baseada em 1 (uma) fonte. A notícia 8, com o título “Sem informar critérios, ministro do Turismo diz que praias estão aptas para banho”²³, foi considerada, também, como uma função política, sendo utilizado 7 (sete) fontes.

Notícias de 27 de outubro de 2019

No quinto dia da semana analisada, um texto foi selecionado. A notícia 9, intitulada “Exército começa a reforçar limpeza de óleo em praias de Sergipe”²⁴, foi classificada na função informativa e reúne 4 (quatro) fontes.

Notícias de 28 de outubro de 2019

No sexto dia também foi selecionada uma notícia. A notícia 10, intitulada “Procuradoria recorre ao TRF-5 e alega que União ainda não atingiu plano de contenção de óleo”²⁵, foi classificada na função política e utilizou 1 (uma) fonte.

18 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/10/pescadores-de-praias-com-oleo-ocupam-sede-do-ibama-na-bahia.shtml> Acesso em: 11 mai. 2023.

19 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/10/greenpeace-derrama-oleo-no-palacio-do-planalto-em-ato-contra-manchas-de-petroleo-no-nordeste.shtml> Acesso em: 11 mai. 2023.

20 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/10/salles-usa-imagem-antiga-para-insinuar-que-greenpeace-seria-culpado-por-oleo-no-ne.shtml> Acesso em: 11 mai. 2023.

21 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/10/sem-bolsonaro-alcolumbre-abre-caminho-para-ampliar-beneficio-a-pescadores-do-ne.shtml> Acesso em: 12 mai. 2023.

22 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/10/ministerio-publico-do-tpcu-pede-apuracao-da-conduta-do-governo-em-vazamento-de-oleo.shtml> Acesso em: 12 mai. 2023.

23 Disponível em: <https://shre.ink/HXGp> Acesso em: 12 mai. 2023.

24 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/10/exercito-comeca-a-reforcar-limpeza-de-oleo-em-praias-de-sergipe.shtml> Acesso em: 12 mai. 2023.

25 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/10/procuradoria-recorre-ao-trf-5-e-alega-que-uniao-ainda-nao-acionou-plano-de-contencao-de-oleo.shtml> Acesso em: 12 mai. 2023.

Notícias de 29 de outubro de 2019

No último dia da semana analisada foram selecionadas 3 (três) notícias. A notícia 11, que leva o título “Óleo atinge cidades dentro da região de Abrolhos, no sul da Bahia”²⁶, foi classificada na função informativa e utilizou 1 (uma) fonte. A notícia 12, intitulada “Governo faz tudo o que lhe cabe para limpar praias, diz ministro de Minas e Energia”²⁷, e a notícia 13, intitulada “Não se sabe se poluição com óleo em praias está perto do fim, diz ministro da Defesa”²⁸, foram classificadas na função política e utilizadas, cada, 3 fontes.

Tabela 1: classificação das notícias em data, função do jornalismo ambiental e quantidade de fontes.

	Notícias	Data	Função	Fontes
1	Marinha investiga cerca de 30 navios e "dark ships" na busca por origem de óleo	23/10/2019	Política	4
2	Praias são liberadas em Morro de São Paulo após retirada de 1,5 toneladas de óleo	23/10/2019	Informativa	1
3	Pescadores de praias com óleo ocupam sede do Ibama na Bahia	23/10/2019	Política	1
4	Greenpeace derrama óleo no Palácio do Planalto em ato contra as manchas de petróleo no Nordeste	23/10/2019	Política	5
5	Salles usa imagem antiga para insinuar que Greenpeace seria culpado por óleo no NE	24/10/2019	Política	3
6	Sem Bolsonaro, Alcolumbre abre caminho para ampliar benefícios a pescadores do NE	24/10/2019	Política	3
7	Ministério Público do TCU pede apuração da conduta do governo em vazamento de óleo	25/10/2019	Política	1
8	Sem informar critérios, ministro do Turismo diz que praias estão aptas para banho	25/10/2019	Política	7
9	Exército começa a reforçar limpeza de óleo em praias de Sergipe	27/10/2019	Informativa	4
10	Procuradoria recorre ao TRF-5 e alega que União ainda não acionou plano de contenção de óleo	28/10/2019	Política	1
11	Óleo atinge cidades dentro da região de Abrolhos, no sul da Bahia	29/10/2019	Informativa	1
12	Governo faz tudo o que lhe cabe para limpar praias, diz ministro de Minas e Energia	29/10/2019	Política	3
13	Não se sabe se poluição com óleo em praias está perto do fim, diz ministro da Defesa	29/10/2019	Política	3

Fonte: elaborado pelos autores

Análise qualitativa

A notícia 2, informativa, tem como objetivo repassar à população atualizações sobre a situação das praias. No corpo do texto apenas é informado a liberação da praia, junto com a quantidade de petróleo retirada, orientação por parte de órgãos públicos, um contexto geral da importância da praia e outros locais atingidos. Algumas das frases que comprovam esta análise são: “Interditadas desde a madrugada desta terça-feira (22) após a chegada de grandes manchas de óleo, praias de Morro de São Paulo, Garapuá e Boipeba, em Cairu (176 km de Salvador) foram liberadas ao público”, logo no primeiro parágrafo; e “Ao todo, foram recolhidas 1,5 toneladas de óleo nas quatro praias até às 13 (sic) desta terça [...]”, no terceiro parágrafo.

Enquanto na notícia 6 fica evidente o interesse político, em que há o comprometimento ou não de autoridades na situação ambiental vivenciada no país, no corpo do texto são informadas as medidas a serem tomadas, além de mostrar, de forma clara, a imparcialidade a favor do meio ambiente, um dos conceitos do jornalismo ambiental trazidos por Trigueiro (2003 *apud* BARBOZA; PRADO, 2007). É possível perceber este conceito em um dos parágrafos, ao afirmar que “Alcolumbre, na presidência da República até esta sexta-feira (25), tenta capitalizar politicamente no espaço deixado pelo presidente Jair Bolsonaro na crise do derramamento de óleo. O presidente interino foi o primeiro ocupante do cargo a ir até o Nordeste [...]”.

26 Disponível em: <https://shre.ink/HXSv> Acesso em: 12 mai. 2023.

27 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/10/governo-esta-fazendo-tudo-o-que-lhe-compete-para-limpar-praias-diz-mme.shtml> Acesso em: 12 mai. 2023.

28 Disponível em: <https://shre.ink/HXS5> Acesso em: 12 mai. 2023.

A notícia 9, única classificada na editoria “Cotidiano” está entre uma das três notícias classificadas pela pesquisa como informativa, com o título “Exército começa a reforçar limpeza de óleo em praias do Sergipe”. No corpo do texto constam informações como: quantos militares atuam nas praias, convocação de mais homens, outras localidades em que eles já atuaram e quantidade de petróleo presente. Estas informações são comprovadas por meio de frases retiradas do texto, como: “Cerca de 50 militares atuaram em pontos de Aracaju, após uma avaliação e monitoramento da faixa de areia no dia anterior, segundo a prefeitura da cidade”, apresentada no primeiro parágrafo da notícia. Pela pesquisa tratar apenas de notícias factuais, não foi encontrado o conceito pedagógico, visto que este, geralmente, é apresentado em conteúdos jornalísticos não factuais.

Outra falha observada ao se analisar os conceitos do jornalismo ambiental é a falta de pluralidade nas notícias. É possível observar que as notícias analisadas, somente factuais, contam com a maior parte de fontes oficiais, seguindo a classificação de Lage (2006), ou seja, fontes relacionadas ao Estado. Das 37 fontes categorizadas, 32 correspondem a oficiais, 3 (três) correspondem a independentes e apenas 2 (duas) são consideradas experts. A pesquisa identificou que existe a pluralidade de fontes no total das 13 notícias da Folha de S. Paulo que foram analisadas, pois aparecem 37 delas. Porém, o conceito de jornalismo ambiental não preza pela quantidade, mas sim pela qualidade nas fontes, incluindo entre oficiais, independentes e outras.

Entre as fontes com maior repetição aparecem: ministro do Meio Ambiente e presidente interino, com a presença em 4 (quatro) notícias cada; seguidos do comandante de Operações Navais da Marinha, em 3 (três) textos. Em contraponto com os demais, as falas replicadas do então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, foram retiradas, na maioria, da rede social dele. Já as falas dos presidentes interinos Hamilton Mourão e Davi Alcolumbre advém de entrevistas coletivas ou pronunciamentos.

Prefeituras, fontes relacionadas à Marinha, Agência Nacional do Petróleo, ministros, deputados, Ministério Público Federal, subprocurador-geral e secretários foram contabilizados nas fontes oficiais. De acordo com o conceito de Lage (2006), fontes utilizadas do Greenpeace, como a Diretora de Campanhas do Greenpeace no Brasil e a própria ONG, foram classificadas como independentes; bem como o Conselho Pastoral de Pescadores; a Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Praia dos Carneiros (Adesc); e o Instituto Brasileiro do Petróleo. As 2 (duas) participações de fontes de outra categoria nas notícias analisadas foram de 2 (dois) biólogos, ou seja, experts, em textos diferentes. Não houve o registro de fontes testemunhas.

A afirmação de Schmitz (2011) de que as fontes oficiais são as preferidas da mídia pode ser comprovada durante a presente análise, em que fica evidente a maior quantidade de fontes oficiais. A prontidão e rapidez que estas fontes podem ser contactadas, além do interesse em emitir informação ao cidadão, podem ser fatores decisivos na escolha.

Gráfico 1: quantitativo das fontes



Fonte: Elaborado pelos autores

As notícias não apresentam um padrão no número de fontes. A notícia 3, “Pescadores de praias com óleo ocupam a sede do Ibama na Bahia”, conta com 1 (uma) fonte do Conselho Pastoral dos Pescadores, que menciona: “É uma situação gravíssima e o que vemos é um completo descaso. O governo federal tem atuado somente de maneira paliativa no combate ao óleo, fazendo a limpeza das praias”. Além disso, no corpo do texto também é apresentada uma citação indireta afirmando que o grupo divulgou uma carta aberta, assinada por 37 entidades, organizações não governamentais e grupos de pesquisa de universidades em que critica a falta de informação sobre a origem do petróleo.

Já a notícia 8, “Sem informar critérios, ministro do Turismo diz que praias estão aptas para banho”, conta com 5 (cinco) oficiais, 1 (uma) independente e 1 (uma) expert. Entre as fontes oficiais estão: ministro do Turismo, secretário de Turismo de Pernambuco, secretária estadual de Saúde, ministro do Meio Ambiente e comandante de Operações Navais da Marinha. A fonte independente é a Adesc, uma organização sem fins lucrativos voltada à preservação da praia pernambucana dos Carneiros, e a expert é uma bióloga do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Pernambuco (UPE). No corpo do texto, a fala das fontes oficiais se contradiz com a fala da fonte expert. O ministro do Turismo afirma que as praias estão próprias. O secretário de Turismo de Pernambuco concorda e, de forma indireta, é apresentado o seguinte trecho: “O secretário de Turismo de Pernambuco, Rodrigo Novais, chegou a interromper a resposta do ministro para tentar auxiliá-lo. Lembrou que o ministro de Saúde, Luiz Henrique Mandetta, tinha declarado nesta quinta-feira (24) que não haveria problemas em tomar banho de mar onde o óleo não estivesse visível. O governo de Pernambuco fez a mesma recomendação”.

Na parte em que é apresentada a visão da bióloga, consta o seguinte trecho: “Já a bióloga Mariana Guenther, professora do Instituto de Ciências Biológicas da UPE, alega que, mesmo sem mancha visível, as pessoas não devem entrar na água”. A partir desta notícia é possível analisar a importância de tratar o assunto da editoria Ambiental com a complexidade necessária, como afirmam Girardi et al. (2018), visto que afeta diretamente a vida das pessoas. Além disso, Schmitz (2011) também complementa a fala sobre fontes oficiais afirmando que elas podem “falsear a realidade para preservar seus interesses”.

Apesar das notícias factuais terem de ser mais rápidas entre o processo da produção até a publicação, as notícias classificadas na editoria Ambiental devem seguir princípios básicos do jornalismo ambiental, como a complexidade e a pluralidade de

fontes. Sendo assim, de acordo com estudos de Collato e Ijuim (2022), um problema encontrado na cobertura da Folha de S. Paulo é quanto a fontes testemunhas. Segundo as autoras, a notícia que trata de assuntos de interesses da comunidade deve apresentar falas diretas deste público. Na cobertura fica evidente a falta deste tipo de fonte, podendo ser comprovado que, durante a semana analisada, sendo observadas somente notícias factuais, não houve espaço para opinião ou indignação da comunidade local.

Uma das notícias que trata da complexidade é a 4, intitulada “Greenpeace derrama óleo no Palácio do Planalto em ato contra manchas de petróleo no Nordeste”. O texto, mesmo que factual, utiliza 5 (cinco) fontes e explica todo o acontecido de forma detalhada, utilizando o recurso de retranca em 1 (uma) ocasião. As fontes são: diretora de campanha do Greenpeace Brasil, presidente interino, ministro do Meio Ambiente, deputada federal e Ministério Público Federal. Entre os assuntos abordados, estão: protestos em Brasília, discussões em redes sociais, documentos que comprovam ser o maior desastre da história no litoral brasileiro em termos de extensão, a possível determinação de estado de emergência ambiental e as ações para remoção do petróleo. A retranca “Emergência ambiental” trata dos últimos dois assuntos. Já na notícia 7, “Ministério Público do TCU pede apuração da conduta do governo em vazamento de óleo”, é utilizada 1 (uma) fonte, o subprocurador-geral, e trata apenas do assunto retratado no título. O corpo do texto é feito com base no documento, com citações nele presentes.

É importante destacar que a pesquisa, ao se basear, de forma breve, nos estudos de Oliveira (2020) sobre jornalismo declaratório, em que uma notícia para ser considerada declaratória deve utilizar apenas de uma declaração como chamariz, percebe-se que durante a análise foi possível encontrar o recurso do jornalismo declaratório. Das 13 notícias analisadas, evidências que comprovam o uso de jornalismo declaratório aparecem em 5 (cinco) delas.

Uma das notícias em que o recurso foi utilizado é a 8, “Sem informar critérios, ministro do Turismo diz que praias estão aptas ao banho”. A notícia conta com 7 (sete) fontes já citadas nesta análise. Logo no primeiro parágrafo é encontrada a seguinte frase: “O ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, declarou na tarde desta sexta-feira (25) [...]”. Ao final, ainda consta: “Ele não soube, porém, informar quais critérios utilizou para embasar a afirmação”. Por meio das falas citadas é possível perceber que a notícia foi publicada se baseando apenas na declaração da fonte principal. Ao longo do texto, entretanto, o jornalista utilizou-se de outras fontes, como 1 (uma) fonte expert, que discorda da afirmação feita pelo ministro.

Outra notícia em que é possível verificar a presença do recurso do jornalismo declaratório é a 12, intitulada “Governo faz tudo o que lhe cabe para limpar praias, diz ministro de Minas”. A notícia conta com 3 (três) fontes, sendo 2 (duas) oficiais, o ministro de Minas e Energia e o diretor geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis; e 1 (uma) fonte independente, o presidente do Instituto Brasileiro do Petróleo. De forma geral, a notícia conta com os primeiros seis parágrafos replicando falas do ministro, como ainda no primeiro: “O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, afirmou nesta terça-feira (29) que o governo está fazendo ‘tudo o que lhe compete’ para limpar praias do Nordeste atingidas”. Na frase, o uso de aspas demonstra que o fato principal da notícia é a declaração dada pela fonte. Após o primeiro parágrafo, outros 2 (dois) contam com aspas diretas. A notícia apresenta, ainda, outros seis parágrafos em que são utilizadas as 2 (duas) fontes restantes.

Em síntese, as notícias demonstram, com exceções, uma coerência quanto ao uso de conceitos do jornalismo ambiental, pois, das 13 notícias analisadas, apenas 1

(uma) fez parte de uma editoria diferente da “Ambiental”, presente na editoria “Cotidiano”. Durante uma semana, marcada por atos de protestos, a Folha de S. Paulo uniu informação e política, como deve ser apresentada a cobertura ambiental, segundo Bueno (2007). A pesquisa concluiu como notícias que utilizaram função informativa 3 (três) textos, sendo os outros 10 (dez) classificados com a função política da cobertura ambiental.

Considerações finais

A pesquisa conclui que a Folha de S. Paulo utilizou uma quantidade superior de fontes oficiais em relação a fontes independentes, testemunhas e experts durante a produção de notícias factuais. Ao longo de uma semana, o leitor poderia interpretar o assunto muito mais pelo viés político do que ambiental.

Os veículos de imprensa devem ter o compromisso em manter a população informada utilizando das mais diversas formas e fontes. Ou seja, é possível concluir que a Folha de S. Paulo não pluralizou o debate de informações, focando, na maioria dos casos, em fontes oficiais. Tendo em vista a pouca informação por se tratar de um assunto complexo e, na ocasião, recente, o uso de fontes oficiais pode ser considerado arriscado, pois elas possuem, geralmente, interesses a defender e podem falsear a realidade, conforme exposto por Schmitz (2011). Considerando que as fontes experts se baseiam em ciência, ou seja, no que é fato, com a opção de escolha dos veículos, a pesquisa conclui que estas deveriam ter sido mais ouvidas, mantendo a pluralidade de fontes, com as oficiais sendo responsáveis diretamente pelas decisões que afetam a população.

Enquanto uma notícia que possui diversidade e pluralidade de fontes conta com um conteúdo mais crítico, com um contraponto da declaração de uma fonte oficial, outras que não possuem esse outro ponto de vista agem apenas como um alto-falante, replicando a declaração dada. Ou seja, outro ponto contrário aos princípios do jornalismo ambiental que, segundo Trigueiro (2003 *apud* BARBOZA; PRADO, 2007), trata de defender o meio ambiente.

Quanto ao uso demasiado de declarações é possível dizer que este é um recurso utilizado pela Folha de S. Paulo, citando, no título e no corpo do texto, falas publicadas em pronunciamentos e redes sociais. De acordo com o analisado, percebe-se que as notícias eram escritas com base em declarações, sem que houvesse um fato novo a ser divulgado aos leitores.

Esta pesquisa investigou a forma como a Folha de S. Paulo cobriu o derramamento de óleo no Nordeste, em 2019, sob o ponto de vista dos conceitos do jornalismo ambiental e a utilização das fontes de informação. Novas abordagens poderiam se ater a investigar a percepção dos jornalistas que apuram as informações no campo do jornalismo ambiental e como acontece o processo produtivo das pautas ambientais.

REFERÊNCIAS

- BAHIA, J. *Jornal, História e Técnica: As técnicas do jornalismo*. 4. ed. São Paulo. Editora Ática S.A. 1990.
- BARBOZA, J. G.; PRADO, M. *Jornalismo ambiental: a rotina de trabalho de um jornalista ambiental da assessoria de imprensa do WWF Brasil*. UniCEUB, 2007, 37 p.
- BELING LOOSE, E.; CAMANA, Â. Reflexões sobre o papel do Jornalismo Ambiental diante dos riscos da sociedade contemporânea. *Observatorio (OBS*)*, v. 9, n. 2, 2015.
- BELMONTE, R. V. Uma breve história do jornalismo ambiental brasileiro. *Revista Brasileira de História da Mídia*, v. 6, n. 2, 2017.
- BUENO, W. C. *Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito*. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 15, 2007.
- CHAPARRO, M. C. Iniciação a uma teoria das fontes: tipificação das fontes. *O xis da questão (blog)*, v. 12, 2009.
- COLLATO, C.; IJUIM, J. K. *Jornalismo Ambiental: Reflexões sobre conhecimento, direitos humanos e complexidade*. *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos*, v. 10, n. 2, p. 199-221, 2022.
- COLLING, L.; RUBIM, A. A. C. Cobertura jornalística e eleições presidenciais de 2006 no Brasil. *Política & Sociedade*, v. 6, n. 10, p. 173-194, 2007.
- COSTA, L. M.; HOLANDA, J. S. P.; KÄÄPÄ, Pi. *Jornalismo ambiental: características e interfaces de um campo em construção*. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. 45, 2022.
- COX, R. *Environmental Communication and the Public Sphere* 5. ed. London: Sage, 2018.
- DALMASO, S. C. *Fontes de informação jornalística: Natureza e implicações*. Salvador: Intercom, 2002.
- FRANÇA, G. A responsabilidade do jornalismo na educação ambiental. *Enciclopédia Biosfera*, v. 7, n. 12, 2011.
- GANS, H. *Deciding what's news: A study of CBS evening news, NBC nightly news, Newsweek, and Time*. Northwestern University Press, 1980.
- GARCIA, R. *Sobre a terra: um guia para quem lê e escreve sobre ambiente*. Lisboa: Público, 2006.
- GIRARDI, I. M. T. et al. *Jornalismo Ambiental: teoria e prática*. Editora Metamorfose, 2018.
- HERSCOVITZ, H. Análise de conteúdo em jornalismo. In: BENETTI, Marcia; LAGO, Cláudia (Org.). *Metodologia de Pesquisa em Jornalismo*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- LAGE, N. *Teoria e técnica de reportagem, entrevista e pesquisa jornalística*. São Paulo: Record, 2006.
- NELSON, P. *Dez dicas práticas para reportagens sobre o meio ambiente*. Washington: International Center for Journalists, 1994.
- OLIVEIRA, I. D. *Jornalismo declaratório*. Casa Flutuante, 2020.
- PEREIRA JUNIOR, L. C. *A apuração da notícia: métodos de investigação na imprensa*.

Petrópolis-RJ: Vozes, 2006.

SCHMITZ, A. A. Fontes de notícias: ações e estratégias das fontes no jornalismo. 1. ed. Florianópolis: Combook, 2011. 96p.

SPONHOLZ, L. O que é mesmo um fato? Conceitos e suas consequências para o jornalismo. Galáxia, n. 18, p. 56-69, 2009.

TRIGUEIRO, A. Meio Ambiente no Século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. s. ed. Rio de Janeiro. Editora Sextante. 2003.